

Ministério ignora pedido de cassação de concessão da CEA

Há quase um ano e meio repousa, na gaveta do ministro de Minas e Energia, uma recomendação feita pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), inédita no setor: a cassação da concessão da Companhia Estadual do Amapá (CEA), distribuidora controlada pelo governo do Estado. Em outubro de 2007, após ações periódicas de fiscalização, a Aneel sugeriu ao ministério - o poder concedente - a caducidade da concessão.

Na época das auditorias, a pasta era comandada por Silas Rondeau, afilhado político do ex-presidente José Sarney, hoje senador pelo Amapá e aliado do governador Waldez Góes. Sarney nunca deixou de exercer influência no ministério e foi ele quem indicou o também senador Edison Lobão ao cargo. Os assessores de Lobão negam interferência política. Eles informam que o ministério não quer tomar medidas precipitadas e estuda outras medidas à caducidade da concessão, já que essa foi a única alternativa dada pela agência.

Com a abertura de processo administrativo por inadimplência em 2005, a concessionária apresentou um plano de ação, reformulado posteriormente por exigência da Aneel. A fiscalização verificou que, das 161 ações planejadas, só 14 foram executadas, sem que isso representasse melhorias para a situação econômico-financeira da distribuidora.

Segundo divulgou a Aneel à época, a CEA devia R\$ 338 milhões à Eletronorte, estatal federal da qual compra a energia - dívida que equivalia a 4,3 anos de fornecimento. A inadimplência de seus consumidores chegava a R\$ 128 milhões, com predominância do poder público, iluminação pública e serviço público.

Ou seja, de acordo com a análise da Aneel, era o governo do Amapá, controlador da empresa, um dos responsáveis pelo calote que tornava a distribuidora inviável. Outro problema verificado eram cortes de luz 24 horas por dia em algumas localidades - a continuidade do serviço e é uma das obrigações mais elementares das distribuidoras de energia. "A CEA é irrecuperável", diz, até hoje, o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman. (DR e JG)

RITTNER, D. & Goulart, J. Ministério ignora pedido de cassação de concessão da CEA. Valor Econômico, Capa, Especial, Energia, A10, 09/01/2009.